

23º ENCONTRO NACIONAL DE JUÍZES FEDERAIS DO BRASIL*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça e,
do Conselho da Justiça Federal*

Neste momento, quando os juízes federais se reúnem para debater assuntos de interesse da sociedade, ocorre-me uma indagação que, amiúde, perpassa a mente de muitos brasileiros: para onde caminha o Brasil? Essa questão assoma sempre que refletem eles sobre os graves problemas sociais presentes no dia-a-dia do nosso povo, sobre os desvios éticos de homens públicos, sobre a impossibilidade do Judiciário de responder, em tempo razoável, à demanda por justiça.

Os ilustres magistrados da Justiça Federal, por sua vez, freqüentemente se perguntam: que tipo de Brasil queremos? E, ainda: que rumo estamos dando ao Brasil? Assim pensam e agem porque cientes da magnitude da missão que abraçaram, porque comprometidos com a efetivação do bem comum.

Senhoras e Senhores, criada nos albores da República, em 1890, a Justiça Federal trouxe ao Poder Judiciário o caráter dualista – estadual e federal – sem dúvida o sistema que melhor atende aos princípios e à função do Estado democrático de direito.

Dotada, desde o princípio, de visão de futuro, foi ela, no curso da história, rompendo obstáculos, conquistando espaço com determinação e eficiência, fortalecendo-se.

Em 1966, a sua imagem tomou novo vulto com a instituição do Conselho da Justiça Federal, cujas atribuições foram sobremodo ampliadas no artigo 105, parágrafo único, inciso II, da Constituição

* Palavras proferidas na abertura do 23º Encontro Nacional de Juizes Federais do Brasil, de 15 a 17 de novembro de 2006, em Muro Alto (Ipojuca-Pe).



Cidadã, incumbindo-lhe, hoje, como todos sabem, exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, com poderes correicionais e decisões de cunho vinculante.

Esse processo de consolidação intensificou-se nas duas últimas décadas. Primeiramente, com a criação dos Tribunais Regionais Federais – fruto da necessidade de se adequar a ordem jurídica às transformações sociopolíticas vivenciadas, à época, pelo País; depois, com o surgimento de numerosas varas, inclusive especializadas. Tais iniciativas representam um marco na história da descentralização e regionalização da Justiça Federal.

Por fim, um gigantesco passo rumo à Justiça do futuro foi dado quando, em 2001, ocorreu a criação dos juizados especiais federais, inovação que veio para permanecer e fazer fenomenal diferença no cenário nacional. Sim, como símbolo da democratização do acesso à Justiça, da efetividade da prestação jurisdicional, da desburocratização; como símbolo, ainda, do Judiciário do século XXI.

Regidos pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, os juizados federais estão contribuindo para o descongestionamento das varas, dos Regionais e do próprio Superior Tribunal de Justiça. E, com isso, proporcionando a milhares de cidadãos presteza na solução dos litígios.

Embora em funcionamento apenas há cinco anos, já estão consolidados, reconhecidos, respeitados; além disso, a demanda dos jurisdicionados tem ultrapassado todas as expectativas: em 2002, primeiro ano de atuação, julgaram eles cerca de 116 mil feitos; em 2006, até junho, quase 690 mil, remanescendo em tramitação, até aquele mês, mais de 2 milhões e 200 mil processos.

Os números revelam não só o hercúleo trabalho dos juizes federais, mas também pressupõem um sinal de alerta: os juizados estão em vias de congestionamento, ainda que, como sabemos, busquem, incessantemente, soluções criativas, como os juizados itinerantes e os mutirões. Soma-se a tudo, nessa luta, a utilização, em larga escala, dos recursos tecnológicos, de modo que, como os demais segmentos da Justiça Federal, estão adentrando a era do processo virtual, o que representa grande vitória contra a chaga da morosidade.

Nesse contexto, tem sido de basilar importância a atuação do Conselho da Justiça Federal. Sempre presente, com propostas inovadoras e exeqüíveis, vem fomentando o aprimoramento e a unidade institucional.

Todos os presentes bem conhecem essa história, contudo dispus-me a trazer breve pincelada para relembrar o descomunal crescimento da Justiça Federal; o seu valor para a sociedade; a posição de destaque que ocupa no Judiciário nacional. Enfim, mostrar que, por meio dos magistrados que a integram, não se detém a lastimar os descaminhos do Brasil; ao contrário, com destemor, trabalho e dedicação, contribui, visivelmente, para mudar o rumo do País, dando-lhe a direção do acerto, da justiça célere, efetiva e eficaz, da cidadania plena. Na verdade, a sua história não pára nos juizados; a escalada continua, pois disposição e proficiência é o que não falta.

Felicito, portanto, os juizes federais nesta hora, quando é instalado o 23º Encontro Nacional, não apenas por ser este um momento de comunhão, de abertura ao debate de temas relevantes. Sobretudo, porque é momento de celebração pelas substanciais conquistas da Justiça Federal.

Muito obrigado.